

Brasília, 20 de maio de 2023.

**A quem se preocupa com os direitos humanos.**

Hoje eu lhe faço um convite: comemore conosco mais um aniversário da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a PFDC. Hoje completam-se trinta anos de existência desse órgão voltado à defesa da dignidade humana e dos direitos humanos.

Em outros países, a PFDC se chamaria Defensoria do Povo, nome que me agrada mais. É mais direto, mais vinculado à nossa atividade. Não que estejamos distantes dos direitos do cidadão, muito pelo contrário. Os defendemos com unhas e dentes todos os dias, desde os tempos em que a PFDC se chamava Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos (Secodid).

No entanto, quando falamos povo, as pessoas se enxergam nesse coletivo. Todos somos povo, no sentido do pertencimento à população brasileira.

Já a cidadania, essa, infelizmente, ainda não foi assegurada a todos, ao menos na prática. O respeito a ela está lá, indelével no texto da Constituição de 88, mas se encontra apagado nas ruas, nas periferias e grotões deste país.

Então, a defensoria do povo é a defensoria de todos, de cada pessoa em território brasileiro. E, embora a PFDC não leve povo no nome, o leva em seu espírito.

Por mais de três décadas, temos lutado para que cidadania deixe de ser termo abstrato, concretizando-se na vida de cada pessoa em território brasileiro.

Batalhamos especialmente pela criação de uma cultura de direitos humanos, a qual tem sido muitas vezes repudiada pelo povo que buscamos defender.



Na opinião de muita gente, direitos humanos ainda são os direitos dos bandidos, dos delinquentes, das pessoas ruins. Só que isso não é verdade, todo mundo aqui sabe.

Faz alguns anos, convivemos com esse conceito detestável, o do cidadão, ou da cidadã, de bem. Uma pessoa cumpridora de seus deveres, sempre guiada pelo bom senso e que não comete erros.

O cidadão ou cidadã de bem tornou-se, para muita gente, o paradigma de quem merece respeito a sua dignidade e proteção a sua existência. Só há dois problemas quanto a esse conceito.

Primeiro, essa pessoa não existe. Defeitos, erros e deslizes são inerentes à natureza humana. Não por acaso, vemos cidadãos de bem atropelando supostos assaltantes e cidadãs de bem açoitando entregadores do iFood.

Segundo, direitos humanos são, como o próprio nome diz, para os seres humanos. Não importa se a pessoa é boa ou má, se segue a lei ou é delinquente, se é pobre ou rica, sua dignidade deve sempre, repito, sempre ser respeitada.

E cabe a nós, aqui na PFDC, contribuir para que esse ideal se torne realidade na prática. Temos pelo menos dois papéis a desempenhar: contribuir para a defesa desses direitos e a orientar nosso povo no sentido de respeitá-los.

Acredito que, com todas as limitações enfrentadas nesses trinta anos, temos tido êxito nesses pontos. As pessoas que aqui estão, e todas as que nos antecederam, tiveram – e seguem tendo – o árduo trabalho de construir uma nave em pleno voo.

Desde antes de sua criação formal, busca-se dar à PFDC a robustez necessária para desempenhar seu papel. Esse trabalho tem se prolongado por esses trinta anos e está longe de alcançar o seu final.



A PFDC já atuou em diversos casos de violações de direitos humanos. E, eu já disse isso em outra ocasião, sempre do lado certo da luta. Estivemos e estamos ombro a ombro com os grupos vulneráveis deste país.

Lutamos pelas mulheres, pela população negra, pelos povos originários, pela população LGBTQIA+, pelas pessoas em situação de rua. Defendemos quem tem menos condições de lutar pelo respeito à sua própria dignidade, pois essa é nossa função.

Nesses últimos anos, temos atuado em defesa do acolhimento digno de refugiados e migrantes; no combate ao discurso de ódio e à desinformação que o alimenta; na proteção dos direitos das populações negra e LGBTQIA+.

Temos investido em projetos educativos, como a série de webinários Encontros da Cidadania, na qual procuramos contribuir para a criação de uma cultura de direitos humanos no Brasil.

Além disso, nos últimos anos, buscamos marcar posição em defesa do Estado Democrático de Direito, o qual foi constantemente ameaçado por mandatários do poder público.

Procuramos também criar articulações com entidades de direitos humanos no Brasil e no exterior, de modo a ampliar nossa capacidade de atuação nacional e internacional.

Finalmente, temos envidado todos os esforços para a criação de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH) no Brasil, como forma de criar um alicerce mais sólido para a construção de políticas públicas nessa área.

É verdade que ainda temos um longo caminho a percorrer mas, sem dúvida alguma, estamos no rumo certo.



Creio que podemos nos orgulhar de nossa atuação. Um orgulho a ser partilhado com todas as pessoas que trabalharam aqui, independentemente da posição ocupada. Cada integrante da PFDC ajudou a colocar mais um tijolo na construção dessa procuradoria.

Agradeço a todas essas pessoas que em algum momento dedicaram seu tempo e seus esforços à PFDC. Incluo aí não apenas aquelas que integram os quadros do MPF, mas também e muito especialmente as que representam as entidades da nossa sociedade civil e que conosco colaboram em diversas frentes.

Espero que esta Procuradoria perdure, prospere e proporcione muitos sucessos na área de direitos humanos por mais trinta anos.

Muito obrigado.

Abraços fraternos.

**Carlos Alberto Vilhena**  
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão